

EDITORIAL

A presente edição temática reúne artigos que discutem a relação trabalho-educação, no tocante aos aspectos ontológicos, epistemológicos e políticos e às recentes transformações no mundo do trabalho¹ e da educação, tendo em vista suas expressões nos encaminhamentos de políticas públicas da educação brasileira.

Como sinaliza Gaudêncio Frigotto, em seu artigo **“Contexto e Sentido Ontológico, Epistemológico e Político da Inversão da Relação Educação e Trabalho para Trabalho e Educação”** que abre esta edição, trabalho e educação são duas práticas sociais inerentes à vida em sociedade, mas que, no modo de produção capitalista, estabelecem uma relação intrínseca que lhes dá organicidade. Isso porque a relação social de produção capitalista se apresenta em um contínuo movimento de absorver todas as classes sociais “assimilando-a a seu nível cultural e econômico” (GRAMSCI, 2000, p. 271). Trata-se do caráter revolucionário da burguesia frente ao processo de rompimento do modo de produção precedente, em sua estrutura de castas fechadas. A nova sociedade, moderna, e a nova organização produtiva racionalizada demandavam um novo tipo de homem e um novo tipo de trabalhador. Nesse sentido, para Gramsci (2000, p. 271): “[...] toda a função do Estado é transformada: o Estado torna-se ‘educador’[...]”.

A escola, por sua vez, passa a ser o espaço privilegiado para imprimir a materialidade dessa formação social e para o trabalho; expressa e reproduz essa relação social de produção que implica questões nos âmbitos econômicos, político e ideológico cultural. Uma escola, sobretudo, permeada de contradições próprias do processo histórico de lutas de classes e frações de classes, constituída e constituinte dessas relações, vai se apresentar como um campo de disputa de hegemonia política e ideológica.

Assim, não perdendo de vista que trabalho e educação são práticas sociais que no modo de produção capitalista estão constitutivamente imbricadas, torna-se necessário apreender como essa disputa vai se realizando ao longo do processo de desenvolvimento do capitalismo – em seus diferentes ciclos econômicos e em suas especificidades, conforme formação social –, como também, é expressa no âmbito político e ideológico cultural na composição do bloco no poder² (POULANTZAS, 2000).

O desenvolvimento do capitalismo constituiu uma sociedade cada vez mais complexa e contraditória. A inserção da ciência na produção acentuou a transformação de trabalho vivo em trabalho morto, o que resultou em um

1 No sentido da incorporação tanto das “atividades materiais e produtivas, como os processos de criação cultural que se geram em torno da reprodução da vida” (CIAVATTA, 2002, p. 121).

2 Não podemos esquecer a inserção dos organismos internacionais na composição do bloco no poder a partir do pós-segunda guerra, e a grande influência de alguns desses organismos nos encaminhamentos de políticas

meandroso processo interativo que passa a exigir uma formação para o trabalho cada vez mais especializada e diversificada, ao mesmo tempo em que a dispensa.

Na história recente da “mundialização do capital”, segundo Chesnais (1996, p. 49), o capitalismo mantém os traços que o caracterizava no início do século XX – formação de monopólios e de oligarquias, exploração crescente de nações pequenas por um pequeno número de nações ricas e poderosas – porém, ainda mais exacerbados hoje. Para o autor, essa nova fase do capitalismo mundial deve ser entendida como parte de uma fase mais longa na evolução do modo de produção capitalista, resultado de “dois movimentos, estreitamente interligados, mas distintos”: o primeiro envolve a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914; o segundo está relacionado às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas (CHESNAIS, 1995, p. 34).

Sobre a questão do trabalho, Chesnais (1996) constata que a concepção de trabalho enquanto uma mercadoria é ampliada, visto que o seu valor é desvalorizado pelo progresso tecnológico, a capacidade de negociação dos trabalhadores é reduzida e os direitos conquistados vão sendo desmantelados. Tudo e todos são submetidos às leis do mercado e do lucro, afinal “*Produtividade é a palavra-chave*” (p. 42-43).

Para Tumolo (1997, p. 332), as “[...] modificações em curso nos processos de trabalho, expressas pela introdução das inovações tecnológicas articuladas com as novas formas de organização e gestão da produção [...]” colocam a educação no centro das discussões. No entanto, continua o autor, “[...] a análise deve se deslocar para o aspecto central: como compreender a conformação da fase contemporânea de acumulação de capital, através de um de seus elementos determinantes, qual seja, os atuais processos de trabalho. Este é o grande desafio que se coloca” (p. 339-340).

Sobre a questão da educação, em particular a relação entre educação escolar e produtividade da força de trabalho, remete-nos à concepção econômica de “capital humano” (SCHULTZ, 1973). Esta compreende que o estoque de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e níveis de saúde potenciam a força de trabalho das diferentes nações, obtendo retornos maiores em desenvolvimento econômico e social. Assim, países, famílias e indivíduos que investissem em educação escolar acabariam tendo um retorno igual ou maior que outros investimentos produtivos. Por essa via, obter-se-ia a chave para

públicas de educação, até hoje, a exemplo da OCDE (organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico) que controla, por meio de avaliações em larga escala, o desempenho escolar dos países membros e não membros – o PISA (*Programme for International Student Assessment, tradução livre, Programa Internacional de Avaliação de Alunos*) e o TALIS (*Teaching and Learning International Survey, tradução livre, Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem*).

diminuir a desigualdade entre nações, grupos sociais e indivíduos. Problematizada por Frigotto (1986), em seu livro “*A Produtividade da Escola Improdutiva*”, a educação como capital humano, embora não tenha surtido efeitos objetivos, como ideologia se revestiu de uma força material que penetrou no senso comum de tal forma que perpassou os diferentes padrões de acumulação ou processos de trabalho, de sua época até hoje.

Na “era da globalização” ou da “mundialização do capital”, com contradições exacerbadas, emanam novas noções ideológicas que ampliam o fetiche do capital humano: sociedade do conhecimento, qualidade total, pedagogia das competências, empregabilidade e, mais recentemente, a noção de capital social (MOTTA, 2012). Esta última estabelecendo uma relação mais robusta e supostamente harmoniosa entre o público e o privado.

Tendo em vista essas questões, esta edição temática pretende contribuir com o debate socializando estudos e pesquisas que permitam reflexões, sobretudo: “[...] no plano da historicidade, vale dizer, no campo das contradições, mediações e determinações que o constituem, implica necessariamente tomá-lo na relação inseparável entre o estrutural e o conjuntural” (FRIGOTTO, 2011, p. 236). Além disso, visa a pensar a educação brasileira, como defende Florestan Fernandes (1981), marcada pela heteronomia cultural, própria da condição *capitalista dependente*,³ um modelo de desenvolvimento que combina a inserção de inovações científicas e tecnológicas nas atividades econômicas com formas sociais e de trabalho arcaicos, precários e desiguais economicamente. Com isso, um sistema educacional marcado pela profunda desigualdade que resultou na baixa escolaridade da população, em meio às atuais mutações no universo do trabalho e da educação.

Os artigos aqui reunidos, em seus recortes de estudos e pesquisas, contribuem para pensarmos como se estabelece a relação trabalho-educação na atual configuração do capitalismo e na especificidade da formação social brasileira. *Gaudêncio Frigotto*, referência nacional e internacional sobre as questões relativas à relação trabalho-educação, abre a edição discorrendo sobre o “*Contexto e Sentido Ontológico, Epistemológico e Político da Inversão da Relação Educação e Trabalho para Trabalho e Educação*”.

Em “*Trabalho, formação humana e hegemonia: as metamorfoses do mundo do trabalho e as políticas de produção*”, *Hugo Leonardo Fonseca da Silva* traz uma reflexão “sobre a relação entre os processos de trabalho e a formação humana no contexto das metamorfoses do mundo do trabalho” e seus “desdobramentos e

3 O capitalismo dependente, na concepção de Fernandes, conjuga crescimento econômico dependente com miséria e exclusão despótica, além de ausência de direitos. O autor evidencia que o caráter de dependência ao mercado internacional não se atribui somente à dominação externa, mais se realiza por meio das burguesias locais: “um não se fortalece sem ou contra o outro” (FERNANDES, 1981, p. 54). Essa subordinação somada à manutenção de traços herdados do antigo regime constitui o caráter autocrático de nossa burguesia.

implicações sobre a individualidade do trabalhador”.

José dos Santos Souza, em seu artigo “*A formação do trabalhador no contexto da reconfiguração do trabalho, da produção e dos mecanismos de mediação do conflito de classe*”, problematiza a questão do trabalho e da educação frente à atual crise estrutural do capital, tendo em vista a dupla função que assume a Educação Profissional: a de gerar capital humano e a de construir consensos.

Sobre a ativa presença do empresariado nos encaminhamentos de políticas públicas de educação brasileira, em “*Formulações da classe empresarial para a formação humana: da educação política à educação escolar*”, *André Silva Martins* nos contempla com os resultados de suas pesquisas, por meio das quais constata que uma fração da classe empresarial está atuando a fim de afirmar “um novo padrão de sociabilidade” e instituir “o neopragmatismo para a administração da escola pública”.

Em meio às atuais questões postas à formação humana, três artigos discorrem sobre trabalho e formação docente. As renomadas pesquisadoras *Eneida Oto Shiroma e Olinda Evangelista*, em “*Formação humana ou produção de resultados? trabalho docente na encruzilhada*”, contribuem com suas análises sobre “documentos educacionais de organizações multilaterais, do Aparelho de Estado e em uma literatura nacional e internacional” que direcionam políticas voltadas aos professores, pontuando elementos que obscurecem o antagonismo de classe e o horizonte do trabalho docente em seu “compromisso com a educação da classe trabalhadora, promoção da contrainteriorização do projeto burguês, desalienação, formação da consciência crítica” nos cursos de formação docente e nas lutas sociais e na construção de um projeto histórico a contrapelo das demandas capitalistas. *Denise Bessa Leda* aborda sobre “o trabalho precarizado dos professores substitutos e suas repercussões na subjetividade destes trabalhadores”, em “*A precarização do trabalho na universidade pública e suas repercussões na subjetividade do professor substituto*”. Já *Jussara Marques de Macedo e Rodrigo Lamosa* trazem a questão do trabalho docente no artigo “*A regulação do trabalho docente no contexto da reforma gerencial da educação*”, fazendo referência à reforma do Estado operada no Brasil, nos anos 1990, à “reforma gerencial na educação brasileira e a seus desdobramentos sobre o trabalho docente”, em particular a implementação do gerencialismo no âmbito da rede de ensino do rio de Janeiro, por meio da Gestão Integrada da Escola (GIDE).

Ainda contribuindo com as reflexões sobre trabalho-educação em seus desdobramentos em políticas públicas de educação brasileira, *Bruno Gawryszewski*, apresenta sua análise sobre “**O programa ‘escolas do amanhã’ e**”
Revista Contemporânea de Educação, vol. 10, n. 20, julho/dezembro de 2015

a escola pública para a classe trabalhadora”, observando, em pesquisa de campo, que “o tempo e o espaço escolar” são organizados por meio de “improvisos” e o “trabalho pedagógico é realizado de forma descoesa entre os turnos”, resultando na oferta de “uma escola precarizada para a classe trabalhadora”. Cosme Leonardo Almeida Maciel também traz reflexões sobre as políticas públicas de educação integral no Brasil, e apresenta os resultados de sua pesquisa sobre o Instituto Politécnico, motivado pela possibilidade ou não de implementar uma formação omnilateral, em **“Educação integral: limites e possibilidades sob a hegemonia do capital”**.

Ana Cláudia Lopes, Carina Darcoletto e Michelle Saieviez no artigo **“As perspectivas dos alunos concluintes do ensino médio acerca do trabalho na sociedade capitalista atual”** apresentam a pesquisa que realizaram junto aos alunos concluintes do Ensino médio, a fim de identificar as suas concepções sobre o trabalho e a relação existente entre empregado e empregador na sociedade atual.

Encerrando esta edição, retomamos a discussão teórico conceitual sobre a relação trabalho-educação com o artigo de Camila Castello Branco de Almeida Porto, **“A educação da classe trabalhadora: de Marx a Saviani”**. A autora traz um “estudo bibliográfico sobre a educação na perspectiva da classe trabalhadora”, contemplando, além de Marx e Engels, as contribuições de Antônio Gramsci e do educador brasileiro Dermeval Saviani, este que também é uma referência no debate sobre a construção de uma educação revolucionária, na perspectiva da classe trabalhadora.

Na resenha apresentada por Zacarias Gama, fica nosso agradecimento ao Prof. Gaudêncio Frigotto pela grande contribuição e a todos (as) educadores(as) que não se abatem às trincheiras conservadoras: **“Gaudêncio Frigotto: o homem e sua essência intelectual e orgânica nas lidas da questão Trabalho e Educação”**.

Somando ao debate no campo trabalho-educação que, no Brasil, é atravessado por questões étnicas, o professor da Universidade de Bolonha, *Alain Goussot*, resgata a obra e o pensamento de Frantz Fanon (1925-1961) – psiquiatra, filósofo e ensaísta francês, comprometido com a luta dos “oprimidos e excluídos de qualquer tipo, em qualquer lugar” – no artigo: **“Frantz Fanon et la rencontre avec l'Autre: pour une psychologie transculturelle de la libération”**. Segundo *Goussot*, Fanon contesta a essencialidade do fator étnico e salienta a importância da abordagem dialética e histórica para compreender a complexidade da condição humana, comprovando a contemporaneidade de seu pensamento.

Esperamos que tenham uma boa leitura.

Bibliografia

CHESNAIS, François. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, n. 5, p. 1-30, dez. 1995.
Revista Contemporânea de Educação, vol. 10, n. 20, julho/dezembro de 2015

_____. A Mundialização do Capital. São Paulo: Xamã, 1996.

CIAVATTA, Maria. Mediações do mundo do trabalho. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (org.). Capitalismo, trabalho e educação. São Paulo: Autores Associados, HISTEDBR, 2001. p. 119-142.

FERNANDES, Florestan. Sociedade de Classes e subdesenvolvimento. 4. ed. rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A Produtividade da Escola Improdutiva. 2. ed. são Paulo: Cortez; Autores Associados, 1986 (Coleção Educação Contemporânea).

_____. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. Revista Brasileira de Educação, rio de Janeiro, v. 16, n. 46, p. 235-274, jan./abr. 2011.

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere, v. 3 – Maquiavel, Notas sobre o Estado e a política. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MOTTA, Vânia Cardoso da. Ideologia do Capital Social: atribuindo uma face mais humana ao capital. Rio de Janeiro: EDUERJ/FAPERJ, 2012.

POULANTZAS, Nicos. O Estado, o Poder, o Socialismo. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SCHULTZ, Theodore William. O capital humano: investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

TUMOLO, Paulo Sérgio. Metamorfoses no mundo do trabalho: revisão de algumas linhas de análise. Educação & Sociedade. Ano XVIII, n. 59, p. 331-348, ago. 1997.